



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
OITAVA CÂMARA

Processo nº :10305.000592/98-58  
Recurso nº :125.812  
Matéria :CSL – Ex.: 1994  
Recorrente :ELITE CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
Recorrida :DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ  
Sessão de :19 de junho de 2001  
Acórdão nº :108-06.562

CSL – DILIGÊNCIA – LIVRE CONVENCIMENTO DO JULGADOR – O simples fato de ter o contribuinte, com alegações de mérito estranhas ao lançamento, solicitado o cancelamento do auto não é suficiente para que se promova diligência. A diligência pode ser promovida para o melhor convencimento do julgador, se remanescer dúvida diante dos fatos presentes nos autos.

CSL – CORREÇÃO DE ERRO COMETIDO NA DECLARAÇÃO – MANIFESTAÇÃO APENAS NO RECURSO – FALTA DE DECLARAÇÃO RETIFICADORA – Não há como admitir-se o reconhecimento de modificação na Declaração de Imposto de Renda sobre fato não formalizado por Declaração retificadora nem alegado na impugnação.

Preliminares rejeitadas.  
Recurso negado.

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares suscitadas e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS  
PRESIDENTE

  
JOSÉ HENRIQUE LONGO  
RELATOR

Processo nº : 10305.000592/98-58  
Acórdão nº : 108-06.562

FORMALIZADO EM: 30 JUL 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NELSON LOSSO FILHO, MÁRIO FRANCO JUNIOR, IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO, TÂNIA KOETZ MOREIRA, MARCIA MARIA LORIA MEIRA e LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA.



Processo nº : 10305.000592/98-58  
Acórdão nº : 108-06.562

Recurso nº : 125.812  
Recorrente : ELITE CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA,

## RELATÓRIO

Em decorrência de revisão sumária da Declaração de Rendimentos do ano-calendário de 1993, foi lavrado o auto de infração (fls. 26/30) pelo qual se exige a CSL por haver sido incorretamente convertida em Ufir, nos meses de março, junho e julho (anexo 3, quadro 5 – fl. 37), que aplicou 3 zeros a menos.

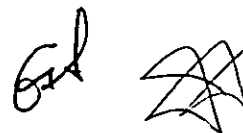
Na impugnação (fls. 1/3) argumentou-se que foi impetrado mandado de segurança e concedida liminar, e que “a autuação ao Contribuinte permaneça suspensa” (sic).

Encontram-se anexas peças de processo judicial que indicam a concessão de segurança para que a ora recorrente deduzir integralmente a despesa de correção monetária IPC/BNTF.

O DRJ no Rio de Janeiro julgou procedente o lançamento, pois não encontrou identidade entre o objeto da medida judicial e do auto de infração.

Inconformada, a empresa interpôs recurso voluntário (fls. 72/74) com os seguintes argumentos:

- a) Nulidade do auto: cerceamento ao direito de defesa, porque o auto foi lavrado unilateralmente e a partir da revisão sumária, com a alegação “Lucro Real diferente da soma de suas parcelas”; o lançamento não especifica a irregularidade pelo autuado



Processo nº : 10305.000592/98-58  
Acórdão nº : 108-06.562

- b) Nulidade da decisão: ao apresentar sua impugnação, "*o atuado não foi feliz ... na forma como redigiu sua defesa*", e em consequência o julgador não levou em consideração o seu pedido; poderia ter determinado diligência;
- c) No mérito: o contribuinte alegou que possuía base de cálculo negativa do 2º semestre de 1992, suficientes para compensar a CSL apurada na revisão sumária, e também que possuía crédito de FINSOCIAL e PIS para compensar com a CSL a pagar.

Diante da ausência de depósito recursal, o valor lançado foi inscrito na Dívida Ativa, e, em face de posterior depósito e também de decisão judicial determinando o prosseguimento sem o depósito de 30% do débito, a inscrição foi cancelada, e os autos remetidos a este 1º Conselho de Contribuintes.

É o Relatório.



Processo nº : 10305.000592/98-58  
Acórdão nº : 108-06.562

## VOTO

Conselheiro JOSÉ HENRIQUE LONGO, Relator

O recurso é tempestivo e deve ser admitido.

Tem razão o Delegado de Julgamento ao dizer que o contribuinte deixou de impugnar o lançamento, já que trouxe em argumentos que não condizem com a infração apontada.

Embora a parca clareza da descrição dos fatos, não há como se declarar nulo o lançamento por tal motivo. Com efeito, no recurso voluntário, ciente do erro cometido na Declaração, o contribuinte pretende se esquivar do recolhimento mediante aproveitamento de base de cálculo negativa ou de crédito de contribuições recolhidas indevidamente. Isso denota que tinha ele condições de entender a falha cometida e, conseqüentemente, de se defender amplamente.

Quanto à alegação da necessidade de diligência, também não há como prosperar. Não havia motivos, mínimos sequer, para que o Delegado de Julgamento a determinasse. O fato apontado no auto de infração, que aliás não é complexo nem duvidoso (pode ser conferido pela própria DIRPJ), não houvera sido contestado; por que então faria uma diligência ?

Por fim, a pretensão de compensação de base de cálculo negativa com o valor do lançamento também não merece acolhida.

A pretensão não foi manifestada na impugnação, de modo que a questão encontra-se preclusa, nos termos do art. 16 do Decreto 70235/72.



Processo nº : 10305.000592/98-58  
Acórdão nº : 108-06.562

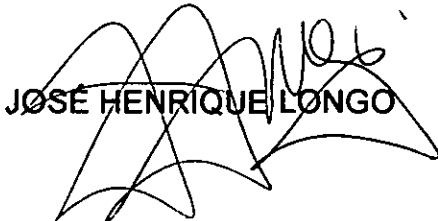
Demais disso, além de a compensação de prejuízo ou base de cálculo negativa ser uma possibilidade a critério do contribuinte, que não a exerceu, não foi juntada ao processo a Declaração retificadora que supriria a falha da Declaração original.

Assim, não deve ser admitida a compensação de eventuais prejuízos acumulados, que, pela data de sua ocorrência, podem ser compensados em prazo indefinido (Lei 9065, art. 42).

A pretensão de compensação de contribuições recolhidas a maior (FINSOCIAL e PIS) pode ser praticada para recolhimento do montante exigido pelo lançamento, mas não deve ser apreciada nestes autos que tratam da constituição definitiva do crédito.

Em face do exposto, afasto as preliminares e nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 19 de junho de 2001

  
JOSE HENRIQUE LONGO 